RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANDIFES

GESTÃO 1995/1996

Florianópolis-SC, 19 de março de 1996.

Senhores Dirigentes das IFES,

Neste momento em que se encerra o nosso mandato frente à Presidência da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, desejamos registrar a satisfação de haver convivido com os Senhores Reitores e Diretores das IFES durante a gestão 1995-1996. Agradecemos a presença constante e a colaboração inestimável aos trabalhos e atividades desenvolvidas na ANDIFES.
A confiança e o respeito, a solidariedade e a união na luta pela defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade que o país merece e precisa representaram para a nossa gestão uma gratificação pessoal e, ainda mais importante, a conquista das vitórias alcançadas em vários aspectos dos nossos objetivos.
Nesta oportunidade, encaminhamos a Vossas Senhorias o Relatório de Atividades da gestão 1995-1996, resultado do trabalho em conjunto da Diretoria Executiva, Diretório Nacional, Conselho Pleno, Fóruns de Pró-Reitores, GT de Política e Gestão Universitária, Colégio de Procuradores Gerais, da Secretaria Administrativa e dos Assessores da ANDIFES.

Cordialmente,

Reitor Antônio Diomário de Queiroz
ex-Presidente da ANDIFES

"O diálogo é o exercício democrático do embate das idéias. É a explicitação das diferenças em busca do consenso. É a oportunidade de discordar e de concordar com serenidade. O diálogo pressupõe o respeito mútuo e se constrói pela verdade no enfrentamento dos erros e no reconhecimento dos méritos. O diálogo possibilita administrar conflitos de maneira positiva e viabiliza o estabelecimento de relações de confiança entre plurais."

(Diomário de Queiroz, discurso de posse na ANDIFES)

Diretoria Executiva

Presidente
Reitor ANTÔNIO DIOMÁRIO DE QUEIROZ - UFSC
1º Vice-Presidente
Reitor TOMAZ AROLDO DA MOTA SANTOS - UFMG
Suplente
Reitor NEROALDO PONTES DE AZEVEDO - UFPB
2º Vice-Presidente
Reitor SILAS COSTA PEREIRA - UFLA
Suplente
Reitor HÉLGIO HENRIQUE CASSES TRINDADE - UFRGS

Diretório Nacional

Presidente
Reitor ANTÔNIO DIOMÁRIO DE QUEIROZ - UFSC
1º Vice-Presidente
Reitor TOMAZ AROLDO DA MOTA SANTOS - UFMG
Suplente
Reitor NEROALDO PONTES DE AZEVEDO - UFPB
2º Vice-Presidente
Reitor SILAS COSTA PEREIRA - UFLA
Suplente
Reitor HÉLGIO HENRIQUE CASSES TRINDADE - UFRGS
Vice (Sul)
Reitor ODILON ANTÔNIO MARCUZZO DO CANTO - UFSM
Suplente
Diretor ATAÍDE MOACYR FERRAZA - CEFET-PR
Vice (Sudeste)
Reitor PAULO ALCÂNTARA GOMES - UFRJ
Suplente
Reitor MANLIO SILVESTRE FERNANDES - UFRRJ
Vice (Nordeste)
Reitor CHARLES CARVALHO C. DA SILVEIRA - UFPI
Suplente
Reitor LUIZ FELIPPE PERRET SERPA - UFBA
Vice (Norte)
Reitor MARCOS XIMENES PONTE - UFPA
Suplente
Reitor NELSON ABRAHIM FRAIJI - UA
Vice (Centro-Oeste)
Reitor ARY MONTEIRO DO ESPÍRITO SANTO - UFG
Suplente
Reitor CELSO VITÓRIO PIEREZAN - FUFMS

Equipes Administrativa e de Assessoramento

Secretário Executivo
Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Assessor
Artur Obino
Assistente Administrativo
Ermelina da Silva Paula
Assessor de Comunicação Social
Jornalista Gilson Rebello

SEUP Norte - Quadra 516 - Conjunto D - lote 9 - Ed. do CRUB - 70770-535 - Brasília, DF - BRASIL
Telefone: (061) 272-2960 - Fax: (061) 349-5774 e 274-4621 - e-mail: andifes@guarany.cpd.unb.br

Índice

	Pág.
• PROPOSTA DE TRABALHO PARA A GESTÃO MARÇO-95/MARÇO-96	IX
• RELATÓRIO DE ATIVIDADES	1
• A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM 1995	3
• REUNIÕES DOS COLEGIADOS	5
• Diretoria Executiva	5
• Conselho Pleno	5
• Diretório Nacional	5
• Conselho Fiscal	5
• Comissões Temáticas	5
• Autonomia e LDB	5
• Orçamento e Financiamento	7
• Avaliação Institucional	7
• Desenvolvimento Acadêmico	8
• Política de Recursos Humanos	8
• GT Política e Gestão Universitária	8
• VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO	10
• Ofício ANDIFES (da Presidência)	10
• Circulares e Cartas (da Presidência)	10
• Circulares, Ofícios e Cartas (da Secretaria Executiva)	10
• Informes	10
• Núcleo de Comunicação Social	10
• PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E EXECUÇÃO FINANCEIRA	11
• Receita	11
• Despesa	11
• Parecer do Conselho Fiscal	12
• PATRIMÔNIO	12
• ANEXOS	13
• ANEXO I - QUADRO DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE DESPESAS	
• ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS	
• ANEXO III - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	

Proposta de Trabalho

- apresentada na Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, realizada no dia 18 de março de 1995, em São Carlos, SP.

I - OBJETIVOS

1. Construção do sistema federal de educação, ciência e tecnologia, em sua globalidade, em sustentação ao processo de desenvolvimento de uma sociedade brasileira justa e democrática.

2. Consolidação e expansão da universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade.

3. Reafirmação da ANDIFES como instrumento dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, integrador da pluralidade de forças acadêmicas nela consorciadas, no cumprimento dos compromissos sociais da universidade pública.

II - LINHAS DE AÇÃO

1. Exercício permanente da coesão de todos os componentes da ANDIFES, em clima de cordialidade e respeito mútuo, observadas as diferenças regionais e vocacionais próprias.

2. Ação firme de interlocução externa, coerente com os princípios, interesses e posições convergentes, representativos do pensamento do conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior.

3. Informação atualizada e precisa dos órgãos de comunicação, aos poderes constituídos e à sociedade, sobre o papel, o trabalho e as necessidades das IFES.

4. Busca constante de melhoria de gestão universitária como meio de proporcionar sua crescente eficácia social.

5. Inter-relação e trabalho conjunto com entidades e poderes constituídos, em especial com o poder legislativo, em favor da educação brasileira.

III - PROGRAMA DE TRABALHO

1. Dar continuidade e dinamizar os grupos de trabalho temáticos (Autonomia, Avaliação, Salários, Carreira, Orçamento, Seguridade, Normatização,

Hospitais Universitários, LDB, Vestibular, Matrizes de Financiamento), visando proporcionar à ANDIFES a iniciativa na proposição de medidas de interesse para a educação nacional.

2. Implementar a Comissão de Políticas e Gestão Universitária, para articular, integrar e consolidar os temas estratégicos e o processo de aprimoramento da universidade pública, autônoma e de qualidade.

3. Organizar base de dados confiável, com critérios uniformes, representativa do conjunto da ANDIFES.

4. Implantar núcleo próprio de comunicação social, para informar aos órgãos de imprensa, aos órgãos governamentais e à sociedade.

5. Aprofundar as relações de aconselhamento com os diversos Fóruns de Pró-Reitores e Colégios especializados.

6. Articular programa de ação conjunta com o CRUB, ANDES, FASUBRA, UNE, CONFIES, SBPC e outras entidades co-responsáveis pela educação, ciência e tecnologia no Brasil.

7. Apoiar a intensificação de programas das IFES em nível internacional (UNITRABALHO, Projeto ALPHA, MERCOSUL, etc.).

São Carlos, 18 de março de 1995.

Diretoria Executiva

Prof. Antônio Diomário de Queiroz	*- Presidente*	*- Reitor da UFSC*
Prof. Tomaz Aroldo da Mota Santos	*- 1º Vice-Presidente*	*- Reitor da UFMG*
Prof. Neroaldo Pontes de Azevedo	*- Suplente*	*- Reitor da UFPB*
Prof. Silas Costa Pereira	*- 2º Vice-Presidente*	*- Reitor da UFLA*
Prof. Hélgio Henrique C. Trindade	*- Suplente*	*- Reitor da UFRGS*

Relatório de Atividades

A gestão março/95-março/96 pautou-se na proposta de trabalho apresentada em São Carlos, quando da eleição da nova Diretoria, aprovada na reunião plenária de Cuiabá. O norte político foi dado pelo discurso de posse. Reiterou-se então aos poderes constituídos a permanente disposição de diálogo para alcançar a educação de qualidade. Esse diálogo ocorreu, porém, o ano todo, num clima de suspeição e desconfiança por parte do Ministério da Educação e do Desporto. Foi um ano difícil, conforme explicitado no artigo anexo, publicado em Santa Maria, por ocasião de encontro da ANDIFES. Contudo, a ANDIFES permaneceu fiel aos seus objetivos e linhas de ação, enquanto instrumento dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, integrador da pluralidade de forças nela consorciadas, no cumprimento dos compromissos sociais da universidade pública.

Na execução do programa de trabalho, alcançaram-se todas as metas propostas.

1. Deu-se continuidade e dinamizaram-se os grupos de trabalho temáticos. Em três frentes, sobretudo, foi necessário aprofundar a discussão, posicionar-se em defesa da universidade pública e tomar a iniciativa na proposição de medidas: autonomia universitária, política de recursos humanos e financiamento das IFES.

2. Implementou-se o Grupo de Trabalho sobre Política e Gestão Universitária, que liderou a discussão do documento da UNESCO ***"Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior"****, organizando, inclusive, com essa finalidade, seminário internacional, realizado no Congresso Nacional.*

3. Para a organização de base de dados confiável, representativa do conjunto das IFES, a ANDIFES participou da Comissão de Verificação de Dados Físicos e Acadêmicos - da SESu/MEC - e patrocinou a publicação dos ***"Dados Referenciais das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES -"*** *com os números de 1994. Através dos Fóruns, vários dados setoriais foram atualizados e tornados disponíveis para publicação. Junto à direção da entidade, contou-se com o apoio competente de Artur Obino, especialista em orçamento.*

4. Implantou-se o Núcleo de Comunicação Social da ANDIFES, selecionando-se a agência de comunicação que disponibilizou o trabalho do experiente jornalista Gilson Rebello, intensificando-se a presença da instituição na mídia nacional por meio de artigos, entrevistas e de noticiário decorrente do bom relacionamento estabelecido com os profissionais da imprensa. Publicou-se sempre o INFORME da ANDIFES com agilidade e precisão. Criou-se o Jornal da ANDIFES, havendo sido editados os três primeiros números, com o apoio dos assessores de comunicação social das IFES. Adotou-se a logomarca da ANDIFES selecionada, por meio de concurso nacional, dentre 31 trabalhos concorrentes.

5. *Aprofundaram-se as relações de aconselhamento com os diversos Fóruns de Pró-Reitores e Colégios especializados, como o de procuradores gerais, de assessores de comunicação e de dirigentes de estabelecimentos de ensino de segundo grau vinculados às IFES, conforme consta de seus respectivos relatórios de trabalho.*
6. *Assegurou-se a presença da ANDIFES em todo o país, fazendo-se sempre presente aos eventos por sua Diretoria Executiva, pelos componentes do Diretório Nacional ou pelos Coordenadores das Comissões Temáticas. Estabeleceu-se relacionamento articulado de trabalho com os sindicatos, UNE e demais entidades co-responsáveis pela educação. Na intermediação do processo de saída de greve entre FASUBRA e MEC, chegou-se a resultado compromissado entre as partes o qual infelizmente foi totalmente descumprido pelo governo.*
7. *Em nível internacional, aprofundaram-se as relações com o MERCOSUL, por meio do Grupo Montevideo. Participou-se da iniciativa de formação da Rede UNITRABALHO. Conseguiu-se a aprovação do Projeto ALPHA para intensificar as relações com as universidades européias no campo da gestão universitária.*

O apoio administrativo às ações da ANDIFES foi assegurado por uma equipe pequena mas de primeira qualidade; dedicada, eficiente e de plena confiança.

O Secretário Executivo, Gustavo Balduino, sempre correto e presente, desempenhou também papel importante como conselheiro político arguto, de esmerada capacidade de análise e fidelidade aos princípios maiores da instituição.

A Assistente Administrativo, Ermelina da Silva Paula, experiente e perfeccionista em todos os seus trabalhos, bem humorada e discreta, com muito boa redação própria e domínio da informática administrativa, distinguiu-se ainda por tomar a iniciativa de elaborar e manter atualizado Manual de Rotinas e de Procedimentos Administrativos próprio para a ANDIFES.

A distribuição de disquetes aos dirigentes contendo cópia dos ofícios expedidos pela Presidência da ANDIFES e dos INFORMES com os resultados das reuniões do Conselho Pleno, do Diretório Nacional, do Conselho Fiscal, das Comissões Temáticas, do GT sobre Política e Gestão Universitária, dos Fóruns e outras informações do interesse das IFES, bem como o envio periódico dos relatórios dos Colegiados, completam as informações ora apresentadas.

Florianópolis-SC, 18 de março de 1996.

Reitor Antônio Diomário de Queiroz
ex-Presidente da ANDIFES

A Educação Superior em 1995

Há uma lógica hegemônica que condiciona o pensamento e a ação do governo FHC e que se fundamenta em dois pressupostos. Primeiro, o processo de globalização é irreversível e não permite projeto autônomo de desenvolvimento para qualquer país. Segundo, a solução dos problemas sociais decorre da ação livre dos agentes econômicos nomercado. Ao Estado cabe apenas viabilizar as condições de modernização da sociedade.

Esta lógica, porém, não se ajusta absolutamente a países como o Brasil, com grande concentração de renda, em que a maioria da população está excluída do jogo do mercado. Nestes países, é imprescindível a ação social do Estado e de suas instituições para induzir processo hamônico de desenvolvimento.

A percepção desse erro fundamental de ótica permite compreender e avaliar o primeiro ano do governo FHC, em especial o que aconteceu na área de educação supeiror.

Nas universidades federais, o ano que se encerrou será sempre lembrado como muito ruim. Nenhum recurso foi assegurado pelo Ministério de Educação para investimento em acervo bibliográfico, renoveção ou implantação de laboratórios, obras ou infra-estrutura. Interromperam-se os projetos PROGRAD, programa de apoio à graduação. Retardou-se a contratação de pessoal para os hospitais universitários, aprovada pelo governo anterior. Limitou-se a contratação de pessoal para os hospitais universitários, aprovada pelo governo anterior. Limitou-se a contratação de docentes a 50% do número de aposentadorias. As dificuldades para renovar as contratações de servidores técnico-administrativos foram ainda maiores. Procedeu-se a integração de todas as IFES no SIAPE, sistema anacrônico de operação ineficiente, aplicando legislação de pessoal, às vezes, em desrespeito a direitos do servidor. Interrompeu-se o processo de aprovação do projeto de LDB de Cid Sabóia e introduziu-se o de Darcy Ribeiro. Votou-se Lei que implanta processo uniforme de eleição dos dirigentes das IFES, contrapondo-se à tradição democrática até então vigente. Introduziu-se exame de avaliação ao final do curso de graduação, deixando em segundo plano o PAIUB, programa de avaliação institucional das universidades brasileiras. Subordinou-se o Conselho Nacional de Educação ao MEC. Os dirigentes universitários foram postos em suspensão na gestão do orçamento e só com muita luta se assegurou apenas o minimamente necessário para a manutenção das instituições. Para pagamento dos precatórios, incluídos no orçamento de 1995, foi necessária nova demanda judicial, por descumprimento da Constituição brasileira. O Decreto 1762, ilegal, dificultou a execução orçamentária no fim do exercício. Créditos orçamentários significativos ficaram a descoberto, sem a respectiva liberação de recursos financeiros. Tornou-se evidente a ameaça de privatização da universidade pública com o projeto de organizações sociais de Bresser Pereira e o descomprometimento do governo com o orçamento das IFES. Foi encaminhada ao Congresso Nacional, para 1996, proposta

orçamentária completamente irrealista, muito aquém das necessidades, que projeta as mesmas ou piores dificuldades para o ano novo que se inicia.

Essas medidas foram tomadas em nome da melhoria da eficiência da universidade, sem levar em consideração sua eficácia social, ou seja, a contribuição que a instituição universitária proporciona ao desenvolvimento humano sustentável do país e ao combate à situação de fome e miséria. As nações que superaram suas dificuldades históricas entenderam serem as universidades não apenas formadoras de mão-de-obra qualificada, mas centros de pensamentos, pesquisa e reflexão sobre a realidade local, capazes de formularem modelos e alternativas de solução aos problemas identificados. No Brasil, o corpo altamente qualificado de mais de 40.000 professores pós-graduados e de 390.000 estudantes universitários viu-se restringido em sua ação solidária à sociedade, face aos minguados recursos orçamentários disponíveis. Os gastos para a manutenção das 52 IFES, incluindo 44 HUs, totalizaram em 1`995 apenas 400 milhões de reais, que representam uma parcela insignificante do PIB. Enquanto essa economia prejudicou a Educação, o mesmo não aconteceu em outras áreas ministeriais.

No momento em que a valorização das universidades públicas é o grande desafio para o enfrentamento dos problemas sociais do país, é de lamentar-se o balanço desfavorável de 1995. Torna-se necessária, pois, profunda mudança de orientação, afirmando a condição pública e a ação social das universidades.

A autonomia universitária, com as garantias exigidas pela ANDIFES, poderá quem sabe, ser o caminho a seguir. Mas a prevalecer a lógica hegemônia governamental, a reforma proposta pelo PEC 233 ao Art. 207 da Constituição Federal para viabilizar o projeto de autonomia universitária do Poder Executivo afigura-se como a mais recente ameaça do ano que findou.

Prof. Antônio Diomário de Queiroz
Presidente da ANDIFES e Reitor da UFSC
Florianópolis, 22 de janeiro de 1996

Artigo publicado em Santa Maria, RS, em janeiro/96

Reuniões dos Colegiados

Diretoria Executiva

Os membros da Diretoria Executiva mantiveram um rotineiro contato sempre que a conjuntura assim o exigia, para tomar decisões improrrogáveis.

Conselho Pleno

O Conselho Pleno reuniu-se ordinária e extraordinariamente durante numa periodicidade que pode ser considerada normal, contando com quorum de grande maioria da sua composição.

De abril de 1995 a março de 1996, o Conselho Pleno realizou cinco reuniões ordinárias e oito extraordinárias.

Diretório Nacional

O Diretório Nacional realizou sete reuniões ordinárias e duas extraordinárias, mantendo o mesmo nível de presença que o Conselho Pleno.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu-se para proceder à eleição do seu Presidente, em 08/07/1995, e quando da análise e discussão da Prestação de Contas do Orçamento do exercício de 1995, em 19/03/1996.

Comissões Temáticas

Autonomia e LDB

Documentos de organizações diversas, tais como o CRUB, ANDIFES, Fóruns de Pró-Reitores, ANDES, dentre outras, nos dão conta de que o conceito de autonomia universitária tem sido historicamente tema de discussões, paralelamente às discussões do conceito e finalidades da própria Universidade.

De forma organizada, a ANDIFES iniciou, em 1993, um ciclo de debates que gerou um documento básico da entidade, integrando-se, depois à Agenda Autonomia 94 do MEC, cuja síntese foi levada ao governo federal, antes mesmo de sua instalação, definindo a posição da ANDIFES sobre o assunto.

A partir de então, a entidade ficou atenta aos desdobramentos da ação governamental, focalizando, sobretudo, a discussão da LDB onde, atropelando a tramitação já em fase final de ajuste do Substitutivo Cid Sabóia, o governo defendeu a versão Darcy Ribeiro, sem os pressupostos necessários para a autonomia universitária.

Nos últimos meses, o governo tem demonstrado estar trabalhando num projeto de autonomia universitária, sem a participação da comunidade universitária e nem de seus reitores. Recentemente, a ANDIFES foi convidada a discutir e a participar da elaboração do projeto do governo. Todavia, a Associação, a partir de diversos pedidos do plenário, tem-se mostrado cautelosa nesta participação, evitando que seus representantes se submetam à agenda do governo, de forma isolada e apressada, sem discussão da questão, na sua atual versão, nas instituições federais.

Na primeira reunião com o MEC, tomou-se conhecimento de um "rascunho de projeto de autonomia", documento genérico e isolado que não levava em conta o financiamento das universidades públicas. O MEC apresentava, também, a semente da PEC 233. Neste contexto, a ANDIFES tinha claro que não discutiria autonomia como conceito geral para as universidades brasileiras, sem incluir nele a questão do financiamento das universidades públicas. O governo, por sua vez, comprometeu-se a não enviar o projeto ao Congresso até agosto. Este é, pois, o tempo e a hora que a ANDIFES possui para propor, influenciar ou discutir com o governo a questão.

Na XVII Reunião do Conselho Pleno da ANDIFES, realizada nos dias 18 e 19/03/96, em Florianópolis, a Comissão de Autonomia apresentou relatório versando sobre:

a) Colégio de Procuradores Gerais - que elaborou documento com o objetivo de sistematizar algumas idéias sobre autonomia;

b) Autonomia Didático-Científica - um documento da Comissão de Desenvolvimento Acadêmico da ANDIFES sobre as questões didático-científicas foi tomado por base para a discussão das questões de autonomia nesta esfera;

c) Autonomia Financeira e Patrimonial - a Comissão apresentou uma reflexão sobre o tema, cuja síntese foi apresentada em trabalho intitulado FINANCIAMENTO DAS IFES;

d) Autonomia Administrativa e de Pessoal - a Comissão fez um levantamento dos posicionamentos e ordenamentos legais existentes sobre a matéria, no que se refere a: i) quadro de pessoal; ii) regime jurídico e estabilidade; iii) política de pessoal e iv) regime de trabalho.

Em conclusão, os resultados das discussões da Comissão indicaram que a ANDIFES e as IFES devem:

- continuarem lutando para o crescimento e o desenvolvimento do sistema, de forma a melhor servir ao povo brasileiro de todas as regiões;

- estimularem o debate no interior dos Conselhos e da comunidade universitária. Para isto, a Comissão de Autonomia elaborará questionário, cujas respostas evidenciarão posições institucionais sobre aspectos fundamentais do projeto de autonomia universitária a ser elaborado e definido junto ao MEC.

A Comissão de Autonomia demandará trabalho conjunto de assessoria especial, comitês outros e Colégios de Procuradores.

Orçamento e Financiamento

Criada com a finalidade de acompanhar e analisar as diretrizes e a política orçamentária e financeira, bem como de propor alterações e suplementação de forma a garantir o pleno funcionamento das IFES, a Comissão de Orçamento e Financiamento buscou, a partir de levantamento de dados, de estudos específicos e de uma atuação política intensa, seja junto ao MEC, seja ao Congresso nacional, conduzir suas ações com base em princípios e compromissos que preservem a qualidade das tarefas acadêmicas e administrativas e os preceitos constitucionais de autonomia, de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de responsabilidade do poder público com o financiamento destas instituições.

A Comissão de Orçamento e Financiamento, com o apoio do FORPLAD, desenvolveu as seguintes tarefas, dentre outras:

a) acompanhamento das propostas orçamentárias das IFES e do MEC;

b) estudos e ações concretas para a definição de critérios de alocação de recursos às IFES;

c) avaliação da situação orçamentária e financeira das IFES e proposição de alterações e suplementações;

d) acompanhamento da elaboração e votação das LDOs e dos OGUs no Congresso Nacional;

e) atuação constante junto ao MEC, no encaminhamento de soluções estruturais e conjunturais das IFES, no que se refere à programação orçamentária e execução financeira;

f) participação na definição de uma base de dados referentes ao programa de custos e de acompanhamento e avaliação das atividades das IFES.

Avaliação Institucional

Em agosto de 1995, com sua nova composição, reuniu-se a Comissão de Avaliação Institucional, oportunidade em que foi enfatizado o papel desempenhado por esta na definição de um Modelo de Avaliação Institucional que possibilitasse às IFES o seu auto-conhecimento e ao mesmo tempo a prestação de contas de suas ações à sociedade

Desenvolvimento Acadêmico

Criada em junho/95, a Comissão reuniu-se no mês de julho/95 para definir a sua finalidade e para discutir e elaborar as políticas acadêmicas, com base na diretriz da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Dessa reunião, foi definida como programa da Comissão uma agenda selecionada, com os seguintes tópicos: ***a)*** *acesso, fluxo e permanência do aluno;* ***b)*** *relação geral professor-aluno;* ***c)*** *licenciaturas: base da integração universidade-sistema de ensino de 1º e 2º graus;* ***d)*** *currículos: flexibilização, currículo mínimo, experiências de educação à distância, etc;* ***e)*** *expansão do ensino superior público;* ***f)*** *formas interativas de educação.*

Política de Recursos Humanos

Durante a gestão 1995-1996, a Comissão de Política de Recursos Humanos manteve inúmeras reuniões, as quais geraram vários documentos encaminhados, em especial, à Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, por haver sido estabelecido pelo Sr. Ministro da Educação e do Desporto ser este o órgão interlocutor entre aquele Ministério e a ANDIFES para as questões de recursos humanos.

A Comissão dividiu as questões em duas ordens: 1) assuntos mais abrangentes, cuja solução depende da possibilidade de a SESu estabelecer um trabalho em parceria com as IFES, para levantamento dos dados, avaliação das diferentes situações e discussão de critérios adequados; 2) divergências de interpretação de dispositivos legais pelo MEC, pelo MARE e pelas IFES.

Com relação ao primeiro tipo de questões, a Comissão trabalhou nos temas: 1) salários; 2) rehierarquização; 3) contratações; 4) professores substitutos; 5) transformação de cargos; 6) transferências de servidores entre as IFES; 7) gratificações (CDs e FGs); 8) quantitativos de CDs e de FGs das IFES.

No que se refere ao segundo tipo de questões, a Comissão destacou: 1) desvinculação da vaga docente à classe; 2) desvinculação da vaga do pessoal técnico-administrativo; 3) contratação de servidor público como Professor Substituto; 4) enquadramento do pessoal técnico-administrativo após concurso público.

GT Política e Gestão Universitária

Em junho de 1995, a ANDIFES, representada pelo Reitor Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, participou, em Montevidéu, do lançamento do "Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior", publicado pela UNESCO.

O Grupo de Trabalho sobre Política e Gestão Universitária da ANDIFES, presidido pelo Reitor Hélgio Henrique Casses Trindade (da UFRGS), realizou várias reuniões para discutir a metodologia de trabalho do GT e para organizar o Seminário Internacional MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA, que ocorreu no dia 05 de setembro/95, no Senado Federal, e contou com o apoio do Congresso Nacional, do Ministério da Educação e do Desporto, da UNESCO, da CAPES e da OUI

A Mesa Diretora do Seminário foi presidida pelo Senador Edson Lobão - representante do Presidente do Congresso Nacional - e composta pelo Reitor Antônio Diomário de Queiroz - Presidente da ANDIFES -, Senador Roberto Requião - Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal -, Deputado Severiano Alves - Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados - e pelo Dr. Miguel Angel e Professor Marco Antônio Rodrigues Dias - representantes da UNESCO.

Participaram, na qualidade de conferencistas internacionais, os Reitores Oscar Schuberof - da Universidad de Buenos Aires -, José Sarukhán - da Universidad Autonomia de Mexico -, Jorge Brovetto - da Universidad de la Republica (do Uruguai) - e Luís Yarzábal - Diretor do Centro Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (CRESALC/UNESCO).

O Senhor Ministro da Educação e do Desporto participou da sessão de encerramento, oportunidade em que elogiou a iniciativa da ANDIFES.

Vários parlamentares compareceram ao Seminário, como também cerca de 40 dirigentes de IFES e diversos assessores e especialistas.

Das reuniões dos Colegiados da ANDIFES, inúmeros documentos foram expedidos, refletindo as decisões, tanto de caráter político quanto administrativo.

Ofício ANDIFES (da Presidência)

De um total de sessenta e cinco Ofícios, vinte foram expedidos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e do Desporto. Os demais, para a SESu e órgãos do MEC, parlamentares, Reitores, associações, federações, CNPq, Conselhos, Ministro da Fazenda, dentre outros.

Circulares e Cartas (da Presidência)

Foram expedidas quarenta e cinco, entre Circulares e Cartas da ANDIFES, para diversos órgãos e pessoas.

Circulares, Ofícios e Cartas (da Secretaria Executiva)

A Secretaria Executiva expediu cinqüenta e um Ofícios-Circular, ora para convocar os dirigentes para as reuniões dos Colegiados, ora para encaminhar documentos ou para prestar esclarecimentos, além de ofícios e cartas para diversos órgãos e pessoas.

Informes

Considerado um importante veículo de comunicação da ANDIFES, o INFORME teve uma periodicidade média de dois por mês.

Na gestão 1995-1996, foram expedidos trinta e dois INFORMES - do nº 010, de 21 de março/95, ao 041, de 01 de março/96.

Núcleo de Comunicação Social

No ano de 1995 foi contratada uma agência para implementar a comunicação social da ANDIFES, conforme carta-programa.

A providência preliminar foi a elaboração e confecção do JORNAL DA ANDIFES, que já teve publicada e distribuída três edições.

Esse veículo foi amplamente divulgado, levando o nome e a dimensão da Associação a diversos segmentos do país, tanto no que se refere às atividades das IFES quanto da própria entidade.

RECEITA

O Orçamento aprovado em abril de 1995 previu uma arrecadação, referente à anuidade de 1995-1996, no valor de R$325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), tendo sido realizada pela contribuição da totalidade das IFES.

Além dessas contribuições, entraram em caixa recursos provenientes dos saldos resultantes de aplicações financeiras do exercício anterior, apurados em março/95, no valor de R$42.019,95 (quarenta e dois mil, dezenove reais, noventa e cinco centavos), bem como do convênio que permitiu à ANDIFES receber a anuidade da Rede UNITRABALHO, já repassados à Fundação São Paulo (PUC-SP), no valor de R$16.000,00 (dezesseis mil reais), e, ainda, R$17.829,04 (dezessete mil, oitocentos e vinte e nove reais, e quatro centavos), referentes ao recebimento - em caráter excepcional - da anuidade do CONDETUF (recursos recebidos até 28/02/96), totalizando o valor de R$75.848,99 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais, noventa e nove centavos).

DESPESA

*A Secretaria Administrativa da ANDIFES, de acordo com a previsão orçamentária, realizou no decorrer da gestão março-95/março-96 um controle financeiro, o qual comprovou, em 31/03/96, a utilização de 63,01% (R$239.646,46) do total de R$325.000,00 provenientes dos recursos arrecadados das IFES e dos saldos anteriores, conforme o QUADRO DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE DESPESAS PARA O ANO DE 1995 (**ANEXO I**) e QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS (**ANEXO II**), referentes aos meses de maio/95 a março/96.*

Realizados os pagamentos do período março-95/março-96 e os repasses devidos (UNITRABALHO), o total transferido à nova administração foi de R$197.682,48 (cento e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais, quarenta e oito centavos), auferidos dos seguintes saldos financeiros: R$17.829,04 (CONDETUF), R$117.493,25 (POUPANÇA), R$13.647,58 (CONTA CORRENTE), R$24.037,21 (BB-FIX 30) e R$24.675,40 (CDB).

*Para uma melhor visualização e transparência da Prestação de Contas da gestão março-95/março-96, se encontram no **ANEXO III** os quadros elaborados pela Contadora da ANDIFES, Sra. Ivonete Costa Aguiar.*

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício - referente a 1995 - foram encaminhados ao Conselho Fiscal da ANDIFES, o qual emitiu o Parecer transcrito a seguir:

"Parecer referente às contas da ANDIFES no exercício de 1995.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, reunido em Florianópolis em 18 de março de 1996, de posse dos demonstrativos financeiros referentes ao ano de 1995, bem como dos balancetes analíticos mês a mês (janeiro-dezembro de 1995) e com base no parecer do Relator Reitor Luiz Hermínio de Aguiar Oliveira, assim se pronunciou:

A ANDIFES apresenta excelente situação financeira demonstrada em um ativo circulante muito elevado sem nenhum passivo.

As receitas provenientes da anuidade dos associados é aproximadamente 60% superior a todas as despesas operacionais, indicando boa situação econômica.

Entendeu ainda o Conselho:

Sugerir um melhor detalhamento das outras despesas administrativas e gerais, uma vez que representam 70% das despesas administrativas e gerais.

Destacar que as outras despesas operacionais é praticamente toda composta de despesas com viagens.

Em conclusão, pode-se afirmar que os recursos da ANDIFES, no exercício de 1995, foram bem geridos, assim sendo, o Conselho Fiscal, de acordo com o que estatui o Artigo 16 dos Estatutos da entidade, recomenda ao Conselho Pleno a aprovação das contas do exercício de 1995.

Reitor Renê Gonçalves de Matos

Presidente do Conselho Fiscal da ANDIFES."

Patrimônio

A ANDIFES adquiriu, na gestão 95-96, para o seu patrimônio próprio, o que se segue:

1) *um aparelho de telefone celular;*

2) *um veículo da marca FIAT, modelo Tempra Ouro 16V, na cor vermelha, fabricado em 1993, placa KBP9088, com seguro. O veículo destina-se ao atendimento das atividades de trabalho da Secretaria Executiva;*

3) *mesa para microcomputador;*

4) *um microcomputador COMPAQ Presário CDS 744.*

ANEXOS

Anexo I

QUADRO DEMONSTRATIVO
DA PREVISÃO DE DESPESAS PARA O ANO DE 1995

ELEMENTO/SUBELEMENTO DE DESPESA	MENSAL	ANUAL	%
1. PESSOAL			
1.1. Ordenados e Salários		84.000,00	25,85
1.2. Encargos Sociais (FGTS, INSS, PIS etc)		56.400,00	17,36
1.3. Vale-Alimentação	202,00	2.424,00	0,74
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
2.1. Telefone (contas)	800,00	9.600,00	2,96
2.2. Correios	300,00	3.600,00	1,11
2.3. Combustível	120,00	1.440,00	0,44
2.4. Material de Expediente	50,00	600,00	0,19
2.5. Passagens e Diárias		38.904,00	11,97
3. SERVIÇOS			
3.1. Assinaturas de Periódicos		1.200,00	0,36
3.2. Assessoria Contábil	200,00	2.600,00	0,80
3.3. Manutenção de Equipamentos		600,00	0,18
3.4. Outros	300,00	3.600,00	1,11
4. COMUNICAÇÃO SOCIAL			
4.1. Assessoria de Imprensa		36.000,00	11,07
4.2. Serviços Gráficos		12.000,00	3,69
4.3. Revistas e Informativos		15.000,00	4,62
5. EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE			
5.1.		20.000,00	6,16
6. RESERVA TÉCNICA		37.032,00	11,39
TOTAL		**325.000,00**	**100**

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS MENSAIS EFETUADAS PELA ANDIFES NO PERÍODO MAIO-95/MAIO-96

ELEMENTO/SUBELEMENTO DE DESPESA	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	TOTAL
1. PESSOAL												
142.824,00												
1.1. Ordenados e Salários	7.600,71	9.771,47	6.110,32	5.698,38	5.698,51	5.698,38	5.738,16	7.302,29	7.174,93	5.148,94	5.659,90	71.601,99
1.2. Encargos Sociais (FGTS, INSS, PIS, IR etc)	2.985,27	3.736,53	2.380,26	2.670,63	2.670,47	2.670,63	2.786,81	4.973,48	2.664,29	2.714,76	2.738,64	32.991,77
1.3. Vale-Alimentação	201,96	403,92	0,00	413,10	0,00	201,96	201,96	0,00	403,92	0,00	605,88	2.432,70
SUBTOTAL	10.787,94	13.911,92	8.490,58	8.782,11	8.368,98	8.570,97	8.726,93	12.275,77	10.243,14	7.863,70	9.004,42	107.026,46
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS												
54.144,00												
2.1. Telefone (contas)	826,53	1.022,41	700,74	934,29	812,69	1.091,00	768,89	1.061,30	933,54	2.109,64	1.113,62	11.374,65
2.2. Postagem	322,23	121,91	0,00	303,05	0,00	161,43	280,13	0,00	1.057,20	0,00	323,73	2.569,68
2.3. Combustível	127,04	128,20	82,76	135,27	166,68	136 42	71,67	115,84	100,00	135,65	135,91	1.335,44
2.4. Material de Expediente	134,98	0,00	0,00	79,00	169,70	148,00	167,94	71,20	0,00	11,10	164,20	946,12
2.5. Passagens e Diárias	660,23	3.008,35	1.616,98	3.004,33	2.397,42	1.156,32	1.084,41	746,45	418,20	580,69	3.400,82	18.074,20
2.6. Outros	0,00	0,00	0,00	1.178,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178,87
SUBTOTAL	2.071,01	4.280,87	2.400,48	5.634,81	3.546,49	2.693,17	2.373,04	1.994,79	2.508,94	2.837,08	5.138,28	35.478,96
3. SERVIÇOS												
8.000,00												
3.1. Assinatura de Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	,00	0,00	0,00
3.2. Assessoria Contábil	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	397,00	200,00	200,00	690,00	2.866,00
3.3. Manutenção de Equipamentos	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	348,00	1.487,65	339,09	110,00	0,00	2.324,74
3.4. Outros	50,00	30,65	0,00	0,00	0,00	0,00	30,65	0,00	0,00	0,00	0,00	111,30
SUBTOTAL	247,00	227,65	237,00	197,00	197,00	197,00	575,65	1.885,65	539,09	310,00	690,00	5.302,04
4. COMUNICAÇÃO SOCIAL												
63.000,00												
4.1. Assessoria de Imprensa	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	35.000,00
4.2. Serviços Gráficos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.420,00	7.165,96	0,00	0,00	8.495,29	27.081,25
4.3. Revistas e Informativos	0,00	36,00	171,80	36,00	207,00	0,00	0,00	25,00	145,20	137,20	162,20	920,40
4.4. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	36,00	171,80	5.036,00	5.207,00	5.000,00	16.420,00	12.190,96	5.145,20	5.137,20	8.657,49	63.001,65
5. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE												
20.000,00												
5.1. Outros	216,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.206,00
SUBTOTAL	216,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.206,00
6. RESERVA TÉCNICA												
37.032,00												
6.1. Outros	0,00	20.839,70	740,00	0,00	244,32	12,95	0,00	46,36	124,00	1.381,89	1.242,13	24.631,35
SUBTOTAL	0,00	20.839,70	740,00	0,00	244,32	12,95	0,00	46,36	124,00	1.381,89	1.242,13	24.631,35
TOTAL	**13.321,95**	**40.376,14**	**12.039,86**	**19.649,92**	**17.563,79**	**16.474,09**	**31.005,62**	**28.392,53**	**18.560,37**	**17.529,87**	**24.732,32**	**239.646,46**

Para as despesas foram utilizados recursos oriundos dos créditos abaixo especificados:
325.000,00 (POA)+16.607,64 (saldo poupança março/95)+478,39 (saldo conta corrente 15/03/95)+24.933,92 (saldo commodities em março/95). POA = PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Anexo II

Anexo III

BALANÇO PATRIMONIAL
LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	162.194,65
BANCO CONTA MOVIMENTO	4,69
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	162.189,96
ATIVO PERMANENTE	25.766,98
IMOBILIZADO	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.785,58
INSTALAÇÕES	561,40
LINHAS TELEFÔNICAS	920,00
VEÍCULOS	19.500,00
TOTAL DO ATIVO	**187.961,63**

PASSIVO	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.961,63
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	187.961,63
TOTAL DO PASSIVO	**187.961,63**

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

RECEITA BRUTA	**350.337,86**
ANUIDADE DE ASSOCIADOS	316.818,92
CONVÊNIO ENTRE UNIVERSIDADES	14.477,69
RECEITA FINANCEIRA	19.041,25
REPASSE DE CONTRIBUIÇÕES	(13.000,00)
RECEITA LÍQUIDA	**337.337,86**
DESPESAS OPERACIONAIS	(199.114,14)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(89.249,84)
DESPESAS C/ PESSOAL	(87.601,89)
DESPESAS FINANCEIRAS	(179,01)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(22.083,40)
SUPERÁVIT	**138.223,72**

Declaramos a veracidade das Demonstrações Financeiras, cujos valores do ATIVO E PASSIVO perfazem um total de R$ 187.961,63 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos) e o SUPERÁVIT do período é de R$ 138.223,72 (cento e trinta e oito mil duzentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos). Esclarecemos que a RECEITA ANUAL foi considerado apenas os valores efetivamente recebidos e despesas somente as efetivamente pagas dentro do exercício (01 de janeiro a 31 de dezembro de 1995)."